ATA 165

Aos quatro dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e um, por videoconferência, às quatorze horas, reuniu-se, com o Secretário de Conselho Alexandre Belino, as Intérpretes de Libras: Larissa Fernandes Dias e Priscilla Ouverney Martins. A convidada: Roseane Zacchi Colasante (SDS) – Gerente de Política Pública para Pessoa com Deficiência e Idosos, Mariana Souza (APABB). Com a participação dos conselheiros titulares e suplentes: Renata Caminha Bradacz (SDS), Kelly Cristiny Cabral (SDS), Sandro Martins de Souza (SDS), Ana Rubia Ramos Fritsche Zanella (SSP), Ketryn Fabiana Cidade Beseke (SED), Ricardo de Freitas (SIE), Michele Gindri Vieira (SES), Asterley Kincezski da Silva (SEA), Paulo Roberto Homem (Santur), Jeane Rauh Probst Leite (FCEE), Clever Gilliard Lamin (ASBAC), Thiago Antonio Fagundes de Oliveira (AASJLLE), Carmen Lisete Ritter (FEAPAEs), Suelen João Alves (AFLOREM), José Roberto Leal (AFLODEF), Michel Kleinschimidt (FECEC), Márcia Gil Barddal (FECASD), Janice Aparecida Steidel Krasniak (AAD), Patrícia Manetta (COMPED Blumenau), Paulo Roberto Ferronato (COMDE Xanxerê). Ausências Justificadas: Adriano Sousa (SES), Fabiana de Melo Giacomini Garcez (FCEE), Amanda Ramos Schwengber (APABB), Catia Cristiane Purnhagen Franzoi (ASCA). 1- Abertura e apresentação dos presentes e levantamento do quórum regimental. Presidente Jeane faz a abertura da reunião dando boas-vindas a todos e desejando um ano de excelente trabalho, que seja um ano produtivo em nosso Conselho Estadual, em seguida o Secretário Alexandre faz a chamada nominal para o levantamento do quórum regimental. 2- Leitura e aprovação da pauta. A Presidente Jeane faz a leitura dos itens da pauta na qual foi aprovada pelos Conselheiros. 3- Aprovação das justificativas dos Conselheiros ausentes, recebemos manifestação de justificativa de ausência de Adriano Sousa (SES) e Amanda Ramos Schwengber (APABB) por estarem em férias, Fabiana Melo Giacomini Garcez (FCEE) e Cátia Cristiane Purnhagen Franzoi (ASCA) por estarem em reunião de urgência, na qual foi aceito a justificativa pela plenária. 4- Aprovação da Ata 164, A Presidente Jeane perguntou se todos receberam a Ata e se concordam com a mesma, na qual foi aprovada por unanimidade. 5-Ad Referendum – PL Nº 0296.9/2020 - “assegura a presença de acompanhante em internação hospitalar de Pessoa com Deficiência, acometida de Covid-19, incluída a Pessoa com Transtorno do Espectro Autista – TEA, nas redes pública e ou privada de saúde do Estado de Santa Catarina”. A Presidente relembra que foi aprovado via grupo de whatssapp e todos receberam o parecer que foi enviado a COJUR da SDS, na qual foi aprovado, dando o parecer favorável a este PL. 6- Manifestação sobre: PL Nº 0291.4/2019 - “institui o Selo Acessibilidade nota 10, como forma de certificação oficial aos estabelecimentos privados ou públicos que promovam

acessibilidade de Pessoas com Deficiência ou com mobilidade reduzida, no âmbito do Estado de Santa Catarina". A Presidente Jeane coloca que no grupo do whatssapp ficaria complicado debater um tema desse e que preferiu deliberar em plenária e fala que fica preocupada com quem vai fiscalizar um selo desse e também diz que o Secretário Alexandre alertou no grupo que já houve anos anteriores um projeto de lei parecido com esse, que instituía um selo para empresas que seriam contempladas com um selo, por cumprirem a lei de cota da empregabilidade da Pessoa com Deficiência, onde o Conselho foi contra esse PL na época. A Conselheira Janice relata que existia um PL da Deputada Luciane Carminatti que era parecida com esse teor e veio para o Conede e foi contrário e a Deputada acatou e entendendo que todos deveriam cumprir a lei e não ser beneficiado por esse cumprimento, retirando o PL. O Conselheiro Ricardo diz que tem que tratar esse assunto com cautela, para poder tirar proveito desse assunto, por exemplo a Prefeitura de Florianópolis, onde qualquer projeto arquitetônico para ser aprovado, é analisado a questão da acessibilidade, em caso de reforma, para adaptar a acessibilidade, não sei o nome do documento, mas o estabelecimento tem estilo de um ISO, em se dando um incentivo para os estabelecimentos e instituições publicas e privadas, possam utilizar de uma forma benéfica, com cem por cento acessível, dando de uma forma positiva, essa excelência. Deveríamos dar uma pensada nesse sentido. O Conselheiro José Leal fala que, primeiramente quer parabenizar a todos, a Presidente e todo o grupo do Conede, e realmente é muito interessante essa pauta que entrou na discussão. O Conselheiro Thiago, pediu a palavra e relata que não entendeu muito bem alguns e-mails enviado, pois falta a acessibilidade, precisa ter o vídeo libras para que nós surdos, podemos entender tudo com bastante clareza, pois nossa língua oficial é a Libras e temos muitas dificuldades com textos complexos, com isso facilitaria muito a nossa comunicação. O Conselheiro José Leal, que quando se fala em acessibilidade, se fala para todos, em todas as deficiências, eu estava de acordo com o selo, mas temos uma legislação que precisa ser seguida, precisamos realmente que cobrar para ter acessibilidade para todos, ter um selo para auditivo, visual, física? Se tem a lei, temos que colocar em prática, no transporte, nas escolas, nas repartições públicas, e eu sou contra em ter que dar um selo, tem que cumprir a legislação, para que todos tenham o direito de ir e vir, e não ficar presidiaria em suas casas, pega a 13.146, a Lei brasileira de inclusão e ali ela diz tudo sobre a acessibilidade em todos os segmentos da pessoa com deficiência, eu sou contra esse PL da criação deste selo. A Conselheira Kelly, quer colaborar no sentido que o selo, reafirmar o descumprimento da lei, a lei de acessibilidade já existe há vários anos, a fiscalização que precisa ser feita, a lei brasileira de inclusão está aí para ser cumprida, que a fiscalização seja

feita e que as penalidades e multas sejam revertidas na causa da pessoa com deficiência, deixo bem acentuado aqui que sou contra esse PL que institui esse selo. Lamentável ter que criar um selo, para que as Instituições precisam cumprir um direito que já está em lei para com a pessoa com Deficiência. O Conselheiro Paulo Ferronato relata que, estabelecer um prêmio para quem cumpre acessibilidade acho muito errado isso, daí teremos que fazer um prêmio para quem cumpre a saúde, a educação, a segurança e tudo mais. Temos que ter cuidado, as coisas vão passando muito sutilmente, as leis tem que ser cumpridas e não podemos aprovar um selo para fazer cumprir as leis de acessibilidade. Temos que cuidar com os precedentes, é lei e pronto, a política afirmativa de cumprir as leis de acessibilidade, esse projeto, por mais que tenha marketing não é algo que nos representa e não representa a causa da pessoa com deficiência. Estamos lutando pela acessibilidade quanto tempo? Aqui na minha cidade também, em Xanxerê, luto a vários anos pela acessibilidade e não podemos ser a favor de um projeto de lei desses. A Conselheira Marcia pela Fecasd, que se cumpra a lei da acessibilidade e nos posicionamos contra esse projeto de lei que institui um selo, que ao colocar dinheiro para esse prêmio, que se coloque dinheiro na fiscalização da acessibilidade para todas as pessoas com deficiência. O Conselheiro Michel fala que a acessibilidade é um conceito muito amplo para se colocar num selo, além do arquitetônico, existe vários outros itens de acessibilidade e muito complicado para se resumir num selo, é acessível de que forma e acessível para quem, e quem vai dizer se é acessível ou não é a própria pessoa com deficiência, e que todos possam perceber que acessibilidade vai muito além do arquitetônico e por conta disso sou contra a esse PL do selo também. O Conselheiro José Leal complementa dizendo que é dever e obrigação ao dar uma bits da prefeitura, fiscalizar se tudo está de acordo com acessibilidade, no começo eu estava concordando, mas ao pensar bem, se temos as leis todas é preciso cumprir e fiscalizar a acessibilidade, sou contra completamente a este Projeto de lei, temos que cumprir a lei 2.696, para que seja cumprida plenamente em todas as deficiências. A Presidente Jeane com isso conclui que o Conselho é contra esse projeto de lei na qual irá se manifestar junto a COJUR/SDS, que além de ser contra. Os Conselheiros do Conede complementam que seja fiscalizado e atendam as leis de acessibilidade e que faça cumprir, que façam campanhas em prol da acessibilidade no âmbito do Estado de Santa Catarina. O Conselheiro Thiago e o Conselheiro Michel, reclamam da acessibilidade aos surdos e cegos nos documentos que vem do Conselho e a Presidente Jeane se comprometeu em tentar resolver essa situação de vídeo libras nos documentos e os documentos acessíveis para os cegos. 7- Leitura do Parecer do Governo do Estado e SES sobre vacinação para PCD da Covid19. A Presidente Jeane

fala que esse assunto está sendo debatido no Brasil inteiro, que acompanhou a reunião do Conselho Nacional, o Conade deliberou por uma comissão para tratar deste assunto junto ao Ministério da Saúde. Na reunião passada do Conede, oficializamos a Secretaria de Estado da Saúde e ao Governador do Estado, solicitando a prioridade da vacinação das pessoas com deficiência de nosso Estado contra a covid19. Recebemos um parecer que é igual do Governo e da Secretaria da Saúde, na qual peço para o Alexandre fazer a leitura. O Secretário Alexandre faz a leitura de todo parecer, na qual se conclui: "parecer número quatro de 2021 – sgpe: sst 2652/20. Portanto, em um momento inicial, onde não existe ampla disponibilidade da vacina no mercado mundial, o objetivo principal da vacinação passa a ser focado na redução da morbidade e mortalidade pela covid-19, de forma que existe a necessidade de se estabelecer grupos prioritários para a vacinação. A ampliação da vacinação para outros grupos poderá ser considerada a partir da finalização dos estudos das vacinas e a disponibilidade do produtor para distribuição. O estado de Santa Catarina está alinhado ao plano nacional de operacionalização da vacinação contra Covid-19, sendo assim o grupo de pessoas aqui mencionados, poderão ter acesso à vacinação desde que sejam contemplados nos grupos prioritários". O Conselheiro Paulo Ferronato, relata que é muito importante a vacinação das Pessoas com Deficiência, acho inaceitável, isso é tapar o sol com a peneira, quando tiver vacina disponível, temos que ser grupo de prioridade sim, temos que nos unir, nós como representantes da Pessoa com Deficiência, tanto a nível nacional, estadual, temos que ter prioridade sim, na vacinação. A Presidente Jeane, não ficou contente com a resposta da Vacinação e acredita que todas as pessoas com deficiência devem estar no grupo de prioridade da vacinação contra covid19, e que ainda vai ser feita a comissão em nível nacional, fazer um estudo para ver se há possibilidade ou não de incluir as Pessoas com deficiência como prioritária. A Conselheira Kelly fala que todas as pessoas precisam ser vacinadas neste momento, não só as pessoas com deficiência, mesmo que vacinados sejamos, ainda não vai resolver, precisa que todos sejam vacinados. O Conselheiro Michel, fala que recebeu uma mensagem do ex Presidente Jairton Fabeni, que no Piauí fizeram uma lei para que as pessoas com deficiência possam estar no grupo prioritário das vacinas. Temos que buscar na pressão política, pois o STF teria que incluir, mas não foi bem assim, eles estavam pedindo informações ao Governo, o caminho é pela articulação política. A Conselheira Kelly fala que o plano é nacional da vacinação, não adianta ter uma lei estadual, pois teremos que estar contemplado neste plano, e pode ter choque de lei, e não iremos resolver a situação, o ideal é pelo plano nacional, inserir a vacinação. O Conselheiro Paulo Ferronato fala que temos que pensar estrategicamente, numa situação

onde não tem quantidade de vacinas suficientes e o que podemos fazer até lá, temos que tornar pública nossa solicitação, temos que encaminhar para a ALESC para que a assembleia possa discutir essa situação, a saúde é tripartite, nacional, estadual e municipal, temos que marcar presença quanto a isso, não podemos simplesmente aceitar o parecer da Vacina e arquivar, estaremos omissos nessa situação, pois é um anseio de toda comunidade de pessoas com deficiência em nosso Estado. A Presidente Jeane sugere enviar um oficio para comissão de defesa dos direitos da Pessoa com Deficiência da ALESC com o parecer da Saúde, solicitando apoio para nosso pedido de prioridade da vacinação contra covid19 para Pessoas com Deficiência no âmbito do Estado de Santa Catarina. Todos concordaram. A Conselheira Janice relata que as comissões na Assembleia ainda não foram instaladas e vários deputados com essa manifestação do Conede, já pediram ao Governador que coloque as Pessoas com Deficiência como prioritárias na vacinação contra covid19. A Presidente Jeane relata que será encaminhado então, para a ALESC esta manifestação. O Conselheiro José Leal pergunta sobre a situação que na última ordinária sobre a questão do transporte intermunicipal e sua acessibilidade. O Secretário Alexandre responde, que foi encaminhado ao SIE o documento e a mesma passou para ARESC, que é a agencia reguladora do Estado sobre esse assunto, na qual ainda estamos aguardando o retorno. 8- Composição das comissões permanentes e transitórias. A Presidente Jeane fala que as pessoas interessadas encaminhassem por e-mail as suas inscrições. O Secretário Alexandre relata que oito Conselheiros encaminharam as suas inscrições nas permanentes e nas transitórias precisamos deliberar na plenária. A Presidente Jeane solicita se mais algum Conselheiro se inscreve nas comissões e pede para colocar seu nome nas de Acompanhamento dos Conselhos Municipais. O Conselheiro Michele, pede para sair da comissão de acessibilidade e se inscreve na comissão de denúncias contra PCD. A Conselheira Ana Rubia relata que temos um número considerável de participantes na reunião e precisa que mais pessoas possam se inscrever nas comissões, sobretudo na de denúncias contra PCD. O Secretário Alexandre esclarece que ano passado, antes da pandemia, quando fazíamos reunião presencial, os conselheiros surdos estavam em uma única comissão, na qual tinha os interpretes para eles uma hora antes das plenárias, na qual era realizado as três comissões permanentes, para também otimizar o tempo dos conselheiros que vinham de fora de Florianópolis, com isso agora é somente uma sugestão para estarem juntos e terem os intérpretes em suas comissões. A conselheira Ketryn se justifica em não participar das comissões, pois estão com uma equipe muito reduzida na SED e com isso não estamos podendo nos comprometer com mais nada no momento. O Conselheiro Thiago fala que agora ele está

recebendo material, mas ele não está entendo muito, pois não tem vídeo libras. A Presidente Jeane esclarece que hoje seria somente para fechar as comissões, e vamos aguardar mais manifestações por e-mail, a Conselheira Kelly está colocando o nome dela na comissão de atos normativos e acessibilidade, e assim que fechar com o número mínimo de participantes, iremos comunicar para agendar as reuniões de comissão. A Conselheira Patrícia pergunta se pode participar mais de uma comissão e se puder, se inscreve na comissão de denúncias contra pessoa com deficiência. A Presidente Jeane relata que pelo jeito, iremos continuar online nossas reuniões por um bom tempo e fica acordado que devido a esta situação, cada conselheiro pode se inscrever mais do que uma comissão permanente. Fechamos assim e se tiver mais alguma inscrição que seja encaminhada por e-mail. 9- Indicações das representações e comissões externas. A comissão SC acessível do MPSC, na qual fica como titular a Presidente Jeane e o Conselheiro José Leal fica como suplente. A Conselheira Janice fala da comissão Floripa mais do MPSC, e Secretário Alexandre relata que nunca fomos convidados, e o Conselheiro José Leal ficou de falar com Dr Paladino para que venha o convite oficial e podemos indicar nosso representante. O Secretário Alexandre fala da comissão de avaliação de concurso público na qual temos a nossa ex conselheira que é fonoaudióloga, a Sabrina da Luz e a nossa Conselheira da SANTUR Karina Baldança que é suplente na comissão, os demais membros como médico e fisioterapeutas são do CCR – Centro Catarinense de reabilitação e consulta se podemos continuar a mesma indicação, na qual foi aprovada. Alesc Inclusiva, na assembleia, e a Conselheira Janice, relata que vai continuar e vai mandar o e-mail para os representantes do Conede poderem participar, e vamos aguardar. Outra comissão citada pelo Secretário Alexandre, é a Semana Inclusiva de empregabilidade da Pessoa com Deficiência pelo MPT, e a Presidente Jeane se inscreve como titular e a Conselheira Marcia Barddal fica como suplente. Essa semana inclusiva também é realizada em Blumenau e Joinville e a intenção é realizar em outras regiões do Estado também. Agora tem duas comissões transitórias que é o Fundo PCD, LCI e Lei do Conede – 15.115/10. A Presidente Jeane solicita que se inscrevam por e-mail a sua inscrição. E a última é a comissão da V Conferência, e a Presidente Jeane também sugere inscrição por e-mail nessa comissão. 10- Decreto Estadual 2.874/2009 – Equipe Multidisciplinar de Concurso Público – vaga PCD. A Presidente Jeane relata que precisa um estudo melhor do decreto e se precisa fazer uma revisão deste decreto. Fazer uma análise com calma, e retorna como pauta para próxima reunião. 11- Relatório anual do Conede – referente ao ano 2020. O Secretário Alexandre destaca nesse relatório do ano de 2020, que pela primeira vez foi feita reuniões online em nosso conselho, bem como o fórum

da sociedade civil na qual ocorreu tudo tranquilamente e a posse dos Conselheiros, bem como a eleição da mesa diretora e demais reuniões e demandas do Conede. O relatório será enviado por e-mail e se algum conselheiro queira sugerir ou alterara o mesmo, poderá nos enviar. 12- Assuntos Gerais. A Conselheira Suelen se justifica que não está mais participando como gostaria, pois, está até sem suplente, vai ter que fazer a substituição, e fala que os paciente de esclerose múltipla sofrem, pois, sua deficiência não é visível e sofrem muitas vezes com preconceito por conta disso. O Conselheiro Paulo Ferronato coloca que tem que envolver a avaliação biopsicossocial da pessoa com deficiência e temos que avaliar com calma a situação da avaliação da pessoa com deficiência, o que determina a lei brasileira de inclusão, avaliar todas as situações. A Conselheira Kelly relata que na minuta da lei Catarinense de inclusão tem uma proposta para essas avaliações. A presidente Jeane gostaria de compartilhar que o Conede ganhou de presente do Deputado Vicente Caropreso um quadrinho com o símbolo universal da pessoa com deficiência da ONU e também vai ser encaminhado para o Conede uma agenda da Fundação Catarinense de Educação Especial e um calendário de 2021. O Conselheiros José Leal sugere convidar o MPSC parra participar do todas as reuniões do Conede. A Presidente relata que o MPSC não participa de conselhos e comitês pois não é função deles e pode comprometer seus trabalhos.13- Encerramento: A Presidente Jeane agradece a presença de todos e, dando assim por encerrada a reunião, na qual foi lavrada a presente ata pelo Secretário do Conselho, Alexandre Belino, documento que será enviado aos Conselheiros por e-mail para ser aprovado na próxima reunião e publicado no site da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social no endereço eletrônico:www.sds.sc.gov.br/index.php/conselhos/conede/atas-e-reunioes/atas-10/2020-21. Nossa reunião está disponível no canal do youtube da Secretaria de Desenvolvimento Social SC no link: https://www.youtube.com/watch?v=XxWZaa0UY_k&t=23s.

Florianópolis, 04 de fevereiro de 2021.

"CONEDE – PLANTANDO AS SEMENTES DA IGUALDADE".